

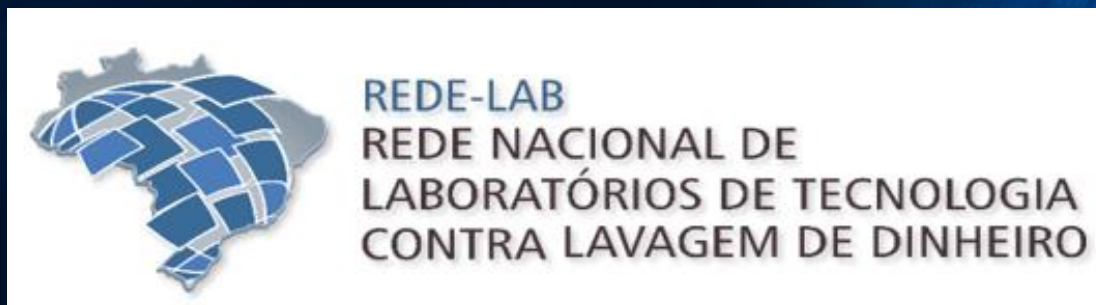


MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL – GSI
COORDENADOR: DR CARLOS STILIANIDI

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF - COAF

AUTOR: PAULO LIMA - (CTLABLD-GSI)





LAB-LD
LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA
CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO

- A **Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro** – REDE-LAB – é o conjunto de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro instalados no Brasil;
- A coordenação da REDE-LAB está inserida dentro da estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da **Secretaria Nacional de Justiça – SNJ**, no **Ministério da Justiça e Segurança Pública** - DRCI/SNJ/MJSP, onde são definidas as ações estratégicas e de aprimoramento dos Laboratórios integrantes da REDE-LAB.



LAB-LD
LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA
CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO

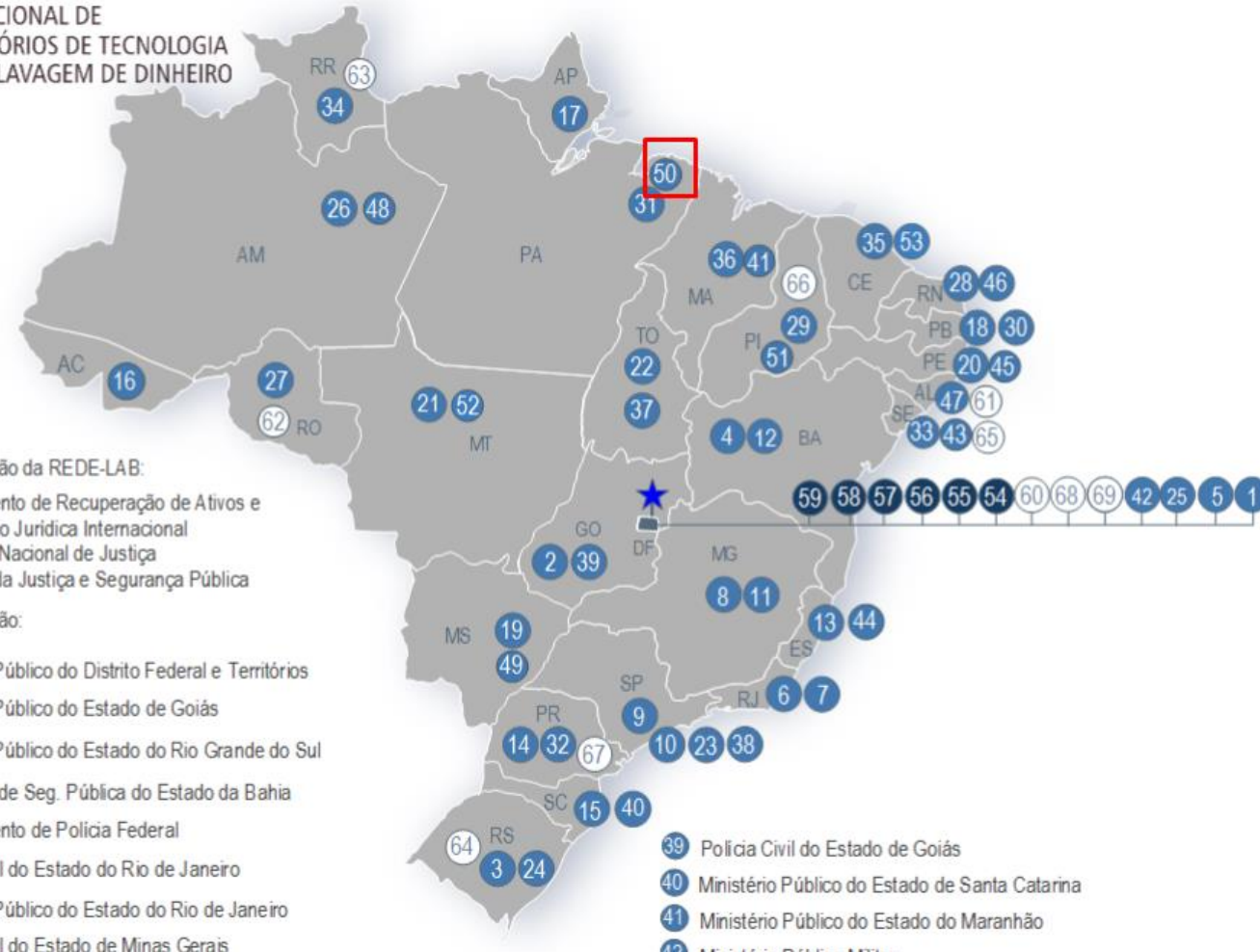
- A **REDE-LAB** conta com os seguintes laboratórios:
 - Polícias Civis dos Estados;
 - Ministérios Públicos Estaduais;
 - Receita Federal e Polícia Federal;
 - Tribunal Superior do Trabalho (TST);
 - Tribunal de Contas da União (TCU);
 - Procuradoria Geral da União (PGU);
 - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
 - Defensoria Pública da União (DPU); e
 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).



LAB-LD LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO



REDE-LAB
REDE NACIONAL DE
LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA
CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO



Inteligência Financeira

- Consiste na **análise de dados** referentes a movimentações atípicas provenientes de setores **obrigados** ao fornecimento desses dados, tais como:
 - Instituições financeiras;
 - Comércio de joias, pedras e metais preciosos;
 - Comércio de objetos de arte e antiguidades;
 - Mercado de valores mobiliários, loterias e outros.
- O principal objetivo dessa **análise** é a **identificação de indícios de lavagem de dinheiro e ilícitos relacionados**;

Base da Investigação Financeira



Dados em sistemas
Análise Cadastral



Operações atípicas/suspeitas
Análise de RIF



Movimentações bancárias
Análise Bancária



Declarações fiscais
Análise Fiscal



Lei nº 9.613/98 (Resumo)

- Instituiu os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei e criou o **Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF**;
- Esta lei estabeleceu regras a respeito dos responsáveis, a forma de controle das atividades suspeitas e sua devida comunicação aos órgãos responsáveis;
- As instituições financeiras são obrigadas a comunicar ao **COAF somente dois fatos**: transações **acima** dos **limites impostos** pelos órgãos regulatórios (art. 10, II) e as operações que podem ser consideradas **suspeitas** (art. 11, I) nos termos da mesma lei.

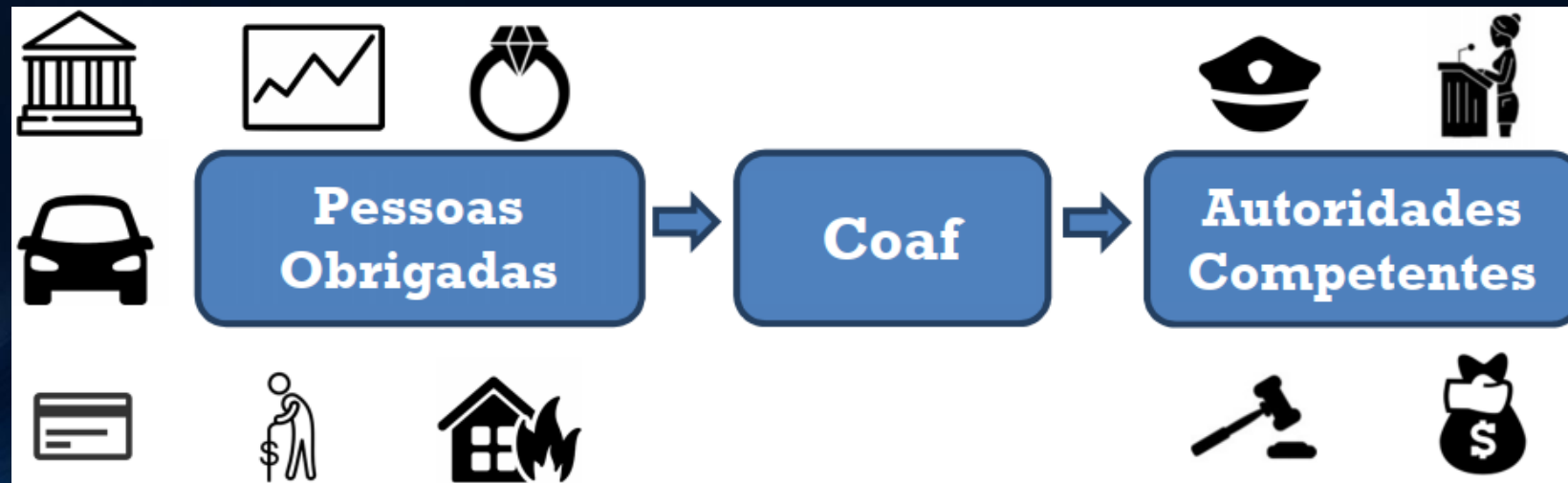
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613compilado.htm

- Segundo o Ministério da Economia, o Coaf é a **Unidade de Inteligência Financeira (UIF)** do Brasil que **recebe, examina e identifica** ocorrências **suspeitas** de atividade **ilícita** e as comunica às **autoridades** competentes para **instauração de procedimentos**;
- A Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, **reestruturou** o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), criado pela Lei nº 9.6134, de 3 de março de 1998, **vinculando-o administrativamente** ao Banco Central do Brasil. As **competências** do Coaf **não foram** alteradas.
- O Coaf é constituído no modelo **administrativo**, realizando apenas trabalhos de **inteligência financeira**, **não sendo de sua competência** realizar investigações, bloquear valores, deter pessoas, realizar interrogatórios e outras atividades dessa natureza.

Os criminosos usam a lavagem de dinheiro para dar aparência de legalidade ao produto de seus crimes. A UIF auxilia na identificação dos recursos financeiros de origem ilícita, disseminando informações às autoridades competentes.

A origem das informações recebidas pelo Coaf

- Instituições financeiras e consórcios;
- Empresas seguradoras e de previdência complementar;
- Instituições que atuam no mercado de valores mobiliários;
- Joalherias;
- Comércio de bens de luxo ou de alto valor;
- Comércio de imóveis;
- Juntas comerciais e registros públicos.



Informações encaminhadas ao Coaf

- Denominadas **comunicações**, que são feitas por setores obrigados a comunicar ao Coaf.
- Tipos de comunicações:
 - **Operação Suspeita**: relativa a **indícios** de **lavagem de dinheiro**, de **financiamento do terrorismo** ou de outros **ilícitos** em **transações** de seus clientes. Essas comunicações contêm a **explicação** das **suspeitas identificadas** sobre operações realizadas em **determinado período**;
 - **Operação em Espécie**: são encaminhadas **automaticamente** ao Coaf, pelos setores obrigados, quando seus clientes realizam movimentações **em espécie acima** de determinado valor estabelecido em norma.

O Coaf acessa diretamente extratos bancários?



O Coaf recebe somente informações de operações consideradas suspeitas pelo comunicante ou realizadas em “dinheiro vivo” em valores superiores aos limites fixados em atos normativos.

Exemplos de Comunicações automáticas

- Qualquer pedido de **provisionamento**, **saque** ou **depósito** a partir de **R\$ 50 mil**, em **dinheiro**. – regra do BACEN, CC 3461;
- Prestação de serviço realizada por **Organização Contábil**, envolvendo o recebimento, em **espécie**, de valor **igual ou superior a R\$ 30.000,00** – regra do Conselho Federal de Contabilidade;
- **Operação**, ou **conjunto** de operações de um **mesmo cliente** (pagamento ou recebimento), em **espécie**, de valor **igual ou superior a R\$ 10.000,00** – regra do CNART/IPHAN (Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades);

Comunicações ao COAF de operações consideradas SUSPEITAS

- São operações ou as situações que, considerando as partes envolvidas, os valores, a frequência, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98.

- CARÁTER SUBJETIVO -

Exemplos:

- Movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente;
- Recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural;
- Pagamentos habituais a fornecedores ou beneficiários que não apresentem ligação com a atividade ou ramo de negócio da pessoa jurídica;

Destinatários dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF)

- Membros do Ministério Público;
- Policiais Federais;
- Policiais Cíveis;
- Auditores da Receita Federal;
- Autoridades de UIF estrangeiras.

Sigilo das Informações

- As informações que integram um RIF são eminentemente de inteligência financeira e protegidas por sigilo legal. O dever de preservação desse sigilo é transferido às autoridades destinatárias;
- Tais informações somente são difundidas às autoridades competentes quando verificados fundados indícios de crimes de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou de outros ilícitos, conforme estabelecido no art. 15 da Lei nº 9.613, de 1998;
- As informações não são provas de ilícitos, mas constituem indícios que devem ser adequadamente investigados pelas autoridades competentes.

As autoridades competentes para investigação acessam diretamente a base de dados do Coaf?

NÃO

O Coaf encaminha às autoridades Relatórios de Inteligência Financeira – RIF caso identifique a existência de fundados indícios do cometimento de ilícitos.

Dados - COAF e Receita Federal

- As bases de dados fiscais da Secretaria da Receita Federal não são compartilhadas com o Coaf;
- O Coaf tem acesso somente a bases de dados cadastrais da Receita Federal, não sujeitas a sigilo fiscal, que contêm informações como CPF, CNPJ, nome, razão social, endereço, e-mail, participações societárias, capital social das empresas e dependentes, por exemplo;
- Ambos os órgãos são independentes e resguardam o sigilo de suas informações;
- **Nem mesmo o Presidente do Banco Central possui acesso às bases de dados de movimentações financeiras do Coaf.**

O Coaf tem acesso ao sigilo fiscal?

NÃO

O Coaf tem acesso somente a bases de dados não sigilosos da Receita Federal.

Impessoalidade

As pessoas sobre as quais é desenvolvido um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) são escolhidas discricionariamente pelos integrantes do Coaf?

NÃO

As pessoas que constam em um RIF são definidas por meio de metodologia previamente definida baseada em critérios objetivos e revestida de impessoalidade.

Tipos de RIFS

- O Relatório de Inteligência Financeira pode ser:
 - **Esponâneo (de ofício):** RIF elaborado por iniciativa do Coaf, resultante da análise de comunicações recebidas ou de denúncia;
 - **De Intercâmbio (solicitado pela autoridade) :** RIF elaborado para atendimento a solicitação de intercâmbio de informações por autoridades nacionais ou por Unidades de Inteligência Financeira.

RIF por Intercâmbio

Pelo Sistema Eletrônico de Intercâmbio – SEIC



Requisição de Informação ao SEI-C

- A requisição deverá conter **breve relato** dos fatos investigados, a **identificação** dos elementos de **materialidade** ou **indiciários** dos ilícitos tidos por praticados e do correspondente **enquadramento legal**, os **prováveis autores** e respectivos **graus de participação** no evento, a descrição do **modus operandi** empregado, sem prejuízo da exposição de elementos outros, porventura úteis para o **Coaf** na produção de **inteligência financeira**;



IMPORTANTE



COAF

Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Unidade de Inteligência Financeira do Brasil

Uso exclusivo para intercâmbio de informações entre o Coaf e as **autoridades competentes** para investigação ou apuração de crime de lavagem de dinheiro, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito (art. 15 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998).

Requisição de informação

INFORMATIVO

1. **As comunicações efetuadas por meio do SEI-C deverão conter** breve relato dos fatos investigados, a identificação dos elementos de materialidade ou indiciários dos ilícitos tidos por praticados e do correspondente enquadramento legal, os prováveis autores e respectivos graus de participação no evento, a descrição do *modus operandi* empregado, sem prejuízo da exposição de elementos outros, porventura úteis para o Coaf na produção de inteligência financeira;
2. **A comunicação de determinado fato**, seguida de solicitação de informação de alegado interesse para sua investigação ou apuração, não tem força de requisição, cabendo exclusivamente ao Coaf decidir sobre a disseminação da informação de inteligência financeira nos casos em que "concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998], de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito" (cf. art. 15);
3. **As comunicações recebidas** de pessoas obrigadas ou de autoridades competentes e a **informação de inteligência financeira produzida e disseminada pelo Coaf** são objeto de tratamento sigiloso, de modo que não se lhes pode dar acesso senão a autoridades destinatárias, na forma do art. 15 da Lei nº 9.613, de 1998, ou por força de ordem judicial.

RIF por Intercâmbio

Pelo Sistema Eletrônico de Intercâmbio – SEIC

- Evitar pedidos contendo um número **grande** de PFs e PJs;
- **Fundamentar** bem o pedido (incluir nº do Procedimento);
- Conversar com o Coaf se encontrar um **padrão**;

Ministério da Fazenda

COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Unidade de Inteligência Financeira do Brasil

Sistema Eletrônico de Intercâmbio - SEI

Início Registrar SEI Consultar SEI Administrar Sair

Registrar SEI

Uso exclusivo das autoridades encarregadas de apurar crimes de "lavagem" de dinheiro Lei 9.613, de 03.03.98

Inclusão das pessoas objeto do intercâmbio de informação

Nome

CNPJ/CPF

CPF/CNPJ	Nome	Tipo	#
			<input type="button" value="Excluir"/>

Processo

Descrição (informar os **fundados indícios**):

Ministério da Fazenda

COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Unidade de Inteligência Financeira do Brasil

Sistema Eletrônico de Intercâmbio - SEI

Início Registrar SEI Consultar SEI Administrar Sair

Registrar SEI

Uso exclusivo das autoridades encarregadas de apurar crimes de "lavagem" de dinheiro Lei 9.613, de 03.03.98

Inclusão das pessoas objeto do intercâmbio de informação

Nome

CNPJ/CPF

CPF/CNPJ	Nome	Tipo	#
111.111.111-11	Nome Um	PF	<input type="checkbox"/>
222.222.222-22	Nome Dois	PF	<input type="checkbox"/>
00.000.000/0000-00	Nome Empresarial Zero	PJ	<input type="checkbox"/>

Processo

Descrição (informar os **fundados indícios**):

Descrever os fundados indícios

RIF por Intercâmbio

Pelo Sistema Eletrônico de Intercâmbio – SEIC

Ministério da Fazenda

COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Unidade de Inteligência Financeira do Brasil

Sistema Eletrônico de Intercâmbio - SEI

Início Registrar SEI Consultar SEI Administrar Sair

Uso exclusivo das autoridades encarregadas de apurar crimes de "lavagem" de dinheiro Lei 9.613, de 03.03.98

Dados do Intercâmbio

SEI: 3054 Data: 13/11/2008 Situação: Concluído

Usuário: [REDACTED] Nome: [REDACTED]

Pessoas Pesquisadas

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Consta/Nada Consta	Informações Cadastrais
[REDACTED]	[REDACTED]	Nada Consta	Não disponível
[REDACTED]	[REDACTED]	Consta	Não disponível
Não disponível	[REDACTED] Exportadora [REDACTED]	Não disponível	Não disponível

Informações Adicionais

Procedimento
928347

Informações adicionais relacionadas às pessoas ou ao caso a ser apurado
Suspeita de sonegação fiscal

Autenticação
56084f4d8eef94afb13a7a93e001b146

Informações cadastrais/patrimoniais disponíveis para consulta até: 11/2/2009

Arquivos

Descrição	Tipo
Inclusão de arquivos - teste	doc

Respostas COAF

Data	Resposta
13/11/2008 11:34:58	[REDACTED] - Consta. Serão enviadas maiores informações.
13/11/2008 11:34:59	[REDACTED] - Não constam informações no COAF até esta data
13/11/2008 11:51:02	Testes

Ministério da Fazenda

COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Unidade de Inteligência Financeira do Brasil

Sistema Eletrônico de Intercâmbio - SEI

Início Registrar SEI Consultar SEI Administrar Sair

Consultar SEI

Uso exclusivo das autoridades encarregadas de apurar crimes de "lavagem" de dinheiro Lei 9.613, de 03.03.98

Listagem de SEIs

Número	Data do SEI	Data da resposta	Situação	Requisitante	Pasta
3079	1/12/2008	-	Parcialmente atendido automático	Remetente N	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3073	21/11/2008	16/3/2009	Concluído	Remetente N	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3057	14/11/2008	-	Parcialmente atendido automático	Remetente M	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3056	14/11/2008	14/11/2008	Concluído	Remetente M	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3055	14/11/2008	14/11/2008	Em andamento	Remetente M	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3054	13/11/2008	1/12/2008	Concluído	COAF	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3053	13/11/2008	26/11/2008	Concluído	Remetente N	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro
3052	12/11/2008	-	Em andamento	Remetente Q	DPF-DFIN - Divisão de Repressão a Crime Financeiro

Página: 1 / 1



IMPORTANTE

- RIFs contêm dados protegidos por sigilo constitucional, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527/11 (Lei que regula o acesso a informação).
- RIF contém suspeitas/indícios.



IMPORTANTE

DECISÃO

03/11/2016 08:33

Acesso a informações do Coaf não configura quebra de sigilo

Durante o julgamento de um recurso em habeas corpus, ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram que o acesso da Polícia Federal a informações disponíveis no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para uso em investigações, é legítimo e não caracteriza quebra de sigilo financeiro.

No caso analisado, o réu pediu o trancamento da ação penal, com o argumento de que o acesso às informações do Coaf violou o sigilo do investigado sem autorização judicial.

Para os ministros, a autoridade investigativa possui prerrogativa para consultar as informações, e esse fato isolado não configura quebra de sigilo. O ministro relator do caso, Nefi Cordeiro, explicou que o Coaf comunica as movimentações financeiras atípicas, conforme disposto no **artigo 15** da Lei 9.613/98.

Sem ilegalidade

As informações comunicadas ficam à disposição, não sendo necessária autorização judicial de quebra de sigilo para acessá-las ou para utilizá-las dentro de contexto investigatório.

GSI – Difusão de RIFs

- O GSI não faz solicitações de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF);
- O GSI faz difusão de RIFs recebidos de Ofício do Coaf, encaminhados a Procuradoria Geral de Justiça do MPPA.

Solicitação de Cadastro (Apenas Membros)

- Para solicitar acesso ao Sistema Eletrônico de Intercâmbio do Coaf - SEI-C, seguir os seguintes passos

1. Acessar o site do COAF no endereço: <https://www.coaf.sei.fazenda.gov.br/> ;
2. Para credenciamento no SEI-C:

SEI-C - Sistema Eletrônico de Intercâmbio do Coaf

Acesso com certificado digital, clique na imagem abaixo



[Saiba como obter o certificado digital](#)

Identificação da Autoridade

26431815220

ENVIAR


Para credenciamento no SEI-C [clique aqui](#)

Cadastramento

3. Preencher e imprimir o formulário solicitado no sítio do Coaf;
4. Depois de impresso, deverá assinar e enviar o formulário ao Coaf pelos correios e aguardar o recebimento de usuário e senha para acessar o referido sistema utilizando e-mail institucional;
5. Enviar o formulário preenchido e assinado para o seguinte endereço:

Ao
Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
Centro Empresarial CNC
SAUN Qd 5 Lote C Torre D 2º andar
CEP: 70.040-250
Asa Norte - Brasília - DF

Cadastramento


Ministério da Fazenda
Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Sistema Eletrônico de Intercâmbio do COAF - SEI-C

O SEI-C é o sistema disponibilizado pelo COAF para intercambiar informações, de maneira ágil e segura, com as autoridades competentes para apuração de crime de lavagem de dinheiro e outros ilícitos (Lei nº 9.613, de 03.03.1998).

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PARA ACESSO AO SEI-C

CPF:

Nome:

Cargo:

Órgão:

Unidade:

E-mail:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Município:

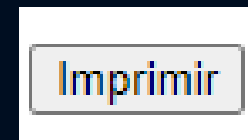
UF:

CEP:

Telefone:

Termo de Compromisso:

Declaro serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente do que estabelecem os art. 153, 313-A, 313-B, 299, 325 e 327 do Código Penal Brasileiro. Assumo inteira responsabilidade pelo uso das informações que serão colocadas à minha disposição, comprometendo-me a utilizá-las em caráter estritamente profissional e a mantê-las em sigilo nos termos da Lei. Estou ciente de que a inobservância deste compromisso e o desvirtuamento das finalidades as quais se propõe o SEI-C, implicarão em sanções administrativas e penais cabíveis para o caso. Comprometo-me a solicitar exclusão de minha conta de usuário, quando houver o



Assinar

Enviar

www.coaf.sei.fazenda.gov.br diz

Ao
Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
Centro Empresarial CNC
SAUN Qd 5 Lote C Torre D 2º andar
CEP: 70.040-250
Asa Norte - Brasília - DF

OK

Informações pós cadastramento

- Quando receber o e-mail de confirmação, acessar o sistema utilizando sua **certificação digital**;
- **Após** o devido credenciamento, é possível associar um Servidor ou Assessor para processar os RIFs, por exemplo: solicitação de RIFs, Consultas e Andamentos dos RIFS solicitados **APENAS** pelo **Promotor de Justiça**;
- Para solicitar um RIF, será **necessário** instaurar uma **Notícia de Fato** ou um **PIC**, informando o resumo dos fatos com cópia da capa da abertura do procedimento e sua respectiva numeração;
- É importante dar andamento da atuação que será feita com o RIF recebido, no sistema eletrônico do Coaf.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELÉM

Procedimento Investigatório SIMP nº 000037-130/2020
Class 1733

GAECO - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL
NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	SIGILOSOS
Criminal	Entrada 22/07/2020
Assunto: Crime de Organização Criminosa->Crimes Previstos na Legislação Extravagante 930420	Autuação 22/07/2020
Crimes contra o mercado de capitais->Crimes Previstos na Legislação Extravagante 3638	Prazo 20/10/2020 (90 dias)
Crimes da Lei de licitações->Crimes Previstos na Legislação Extravagante 3642	
Polo Ativo SIGILOSOS.	
Polo Passivo SIGILOSOS.	
Movimentos	
22/07/2020 17:40 - Distribuído	
22/07/2020 17:40 - Registrado	

Referências

- O que faz o Coaf? Conheça mais sobre a Unidade de Inteligência Financeira brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/coaf/pt-br>
- A Produção de Inteligência Financeira. <https://www.gov.br/coaf/pt-br/aceso-a-informacao/Institucional/a-producao-de-inteligencia-financeira>.
- XVII CURSO LAB-LD